



PRIMEIRA LINHA BREXIT

“Novo grande acordo” tem de convencer a velha oposição

Boris Johnson confirmou que havia alternativa ao plano de saída da sua antecessora. Terá, no entanto, de garantir que o “novo grande acordo” é aprovado pelo parlamento, evitando assim que os dois acordos tenham igual destino. Para o fazer, tem de superar a mesma oposição de sempre.

DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

Não se confirmaram as previsões mais pessimistas: Reino Unido e União Europeia chegaram a acordo sobre os termos jurídicos do Brexit e os princípios que devem nortear a relação futura entre os dois blocos. Falta, contudo, garantir que o compromisso fechado esta quinta-feira receba luz verde de um parlamento britânico altamente polarizado.

Já depois de Boris Johnson, primeiro-ministro britânico, e Jean-Claude Juncker, presidente em funções da Comissão Europeia, terem anunciado a chegada a acordo, foi o líder do governo irlandês, Leo Varadkar, a informar que os líderes dos 27 Estados-membros validaram, por unanimidade, o compromisso negociado entre Londres e Bruxelas.

Johnson fala num “novo grande acordo”, só que este enfrenta, basicamente, a mesma oposição que chumbou, por três vezes, o plano acordado forjado pela ex-primeira-ministra Theresa May.

No essencial, este acordo é semelhante ao alcançado há um ano por May, mantendo os direitos dos cidadãos inalterados bem como o quadro legal das aplicações financeiras. A maior diferença surge inscrita num protocolo anexo ao acordo de saída e que cria um estatuto “especial” para a Irlanda do Norte. Neste, desaparece o polémico mecanismo de salvaguarda para impedir uma fronteira física entre as duas “Irlandas” (backstop), garantindo-se que o Reino Unido não fica in-



Francois Lenoir/Reuters

A UE deu a mão a Johnson ao abdicar do backstop. Agora é o parlamento britânico que tem de decidir.

definidamente “preso” às regras da UE e que tal cláusula não fica condicionada à assinatura de um novo acordo de livre comércio.

Aritmética complexa

Juncker deixou o recado ao sublinhar que cabe “agora” a Boris Johnson assegurar que o acordo é “aprovado pelo parlamento britânico”. O problema é que o líder dos “tories” enfrenta uma aritmética apertada, em especial depois de os unionistas norte-irlandeses

(DUP) terem anunciado que votarão contra. O DUP está descontente com a criação de uma fronteira aduaneira no Mar da Irlanda, pois considera que isso pode implicar que Belfast tenha um tratamento diverso ao da Grã-Bretanha, pondo em causa a integridade territorial do Reino Unido.

Além dos deputados do DUP, Johnson, que se mostra “confiante” de que o acordo será aprovado, já sabe que terá oposição dos nacionalistas escoceses (o SNP já

anunciou que vai solicitar autorização de Londres para realizar outro referendo independentista).

Também o líder trabalhista, Jeremy Corbyn, confirmou que votará contra. Assim, e com apenas 259 votos favoráveis assegurados (contabilização da Bloomberg), o primeiro-ministro precisa garantir apoio de parte ou todos os 21 deputados que expulsou dos “tories” depois destes terem votado a favor da lei que impede uma saída desordenada, bem como da

ala conservadora profundamente eurocética (ERG) e, ou, de trabalhistas defensores da saída.

UE ensaia “pegar ou largar”

Confrontado com a hipótese de, pela quarta vez, a Câmara dos Comuns chumbar os termos propostos para o divórcio da UE, Juncker garantiu que não haverá lugar a novo adiamento, numa tentativa de colocar os deputados britânicos perante o dilema da escolha entre um acordo e um não acordo. Toda-



BREXIT

O que mudou entre o primeiro e o atual acordo

A União Europeia abdicou da ideia inicial do “backstop” ao aceitar que a Irlanda do Norte continue a ser parte da união aduaneira do Reino Unido, contudo em termos práticos a Irlanda do Norte fica alinhada (e dentro) da união aduaneira do bloco europeu, o que é conseguido com a criação de um estatuto “especial” para Belfast.

JÁ NÃO HÁ O POLÊMICO “BACKSTOP”

A cláusula de salvaguarda exigida por Bruxelas para impedir a repositição de controlos rígidos na fronteira irlandesa – a principal razão que levou ao chumbou, em três votações, do acordo de saída negociado pelo anterior governo britânico – não consta da solução agora alcançada. Porém, o novo acordo assegura os mesmos objetivos do chamado “backstop”, embora mediante um conjunto de medidas mais complexo, e que atribui à Irlanda do Norte um estatuto “especial”. O novo acordo de saída não fica condicionado à assinatura de um novo acordo comercial como previa o “backstop”.

IRLANDA DO NORTE ALINHADA COM A UE

A Irlanda do Norte fica alinhada às regulamentações comunitárias, tendo de respeitar as regras do mercado único europeu e de aplicar as tarifas alfandegárias estipuladas pelo conjunto da UE. No entanto, ficará integrada numa união aduaneira com a Grã-Bretanha, o que significa que o conjunto do Reino Unido constituirá uma união aduaneira própria e que a Irlanda do Norte beneficiará de quaisquer acordos comerciais assinados por Londres. Esta união aduaneira obriga a que sejam realizados controlos alfandegários à entrada na ilha da Irlanda. Porém, os bens que satisfaçam os controlos às “regras de origem” não serão alvo de tarifas. O alinhamento da Irlanda do Norte às regras da UE dura, pelo menos, durante quatro anos a contar desde o fim do período de transição (de quatro em quatro anos, a Assembleia norte-irlandesa pode autoexcluir o país deste compromisso). Em resumo, a Irlanda do Norte permanece legalmente na união aduaneira do Reino Unido, mas operacionalmente na união aduaneira da UE.

ORIGEM E DESTINO DETERMINAM TARIFAS

Serão feitos controlos alfandegários nos pontos de entrada na Irlanda do Norte, aplicando-se um regime aduaneiro em função tanto da origem (proveniente da UE ou de países terceiros) como do destino (se é também destinado à Irlanda).

LEI DO IVA DA UE APLICA-SE NA IRLANDA DO NORTE

A Irlanda do Norte continuará parte da área em que se aplica o IVA do RU. Mas para evitar distorções no mercado único pelas diferenças nos regimes do imposto sobre consumo, as regras da UE para o IVA vão continuar a aplicar-se na Irlanda do Norte, ficando a cargo do Reino Unido a respetiva aplicação. As taxas de IVA reduzidas aplicadas pela Irlanda poderão ser replicadas pela Irlanda do Norte.

PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO DEMOCRÁTICO

Todo este acordo assenta no princípio da “autorização democrática”, já que a Assembleia da Irlanda do Norte poderá votar a hipótese de saída (“opt-out”) do compromisso alcançado (ou de outros entendimentos que possam ser obtidos no futuro), desde que se verifique no plenário norte-irlandês uma maioria de pelo menos 60% de votos a favor, em que estejam incluídos pelo menos 40% dos deputados nacionalistas e unionistas.

PERGUNTAS A MARGARIDA MARQUES

Eurodeputada do PS



“O PE chumbará qualquer orçamento que não seja robusto”

O Conselho Europeu que hoje termina tem no Brexit o ponto principal da ementa, porém o próximo orçamento plurianual da UE é outro dos pontos principais em discussão. A eurodeputada socialista e vice-presidente da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu acredita que o próximo orçamento da UE não terá cortes apesar das propostas nesse sentido.

As divergências entre o Parlamento Europeu (PE) e a Comissão Europeia, bem como entre os Estados-membros, sobre as prioridades, montante e financiamento do próximo quadro plurianual financeiro da UE (QFP) podem fazer com que este não esteja no terreno no início de 2021 como previsto?

O PE aprovou, na semana passada, uma resolução em que, além de integrar a questão das alterações climáticas, contém um plano de contingência para o caso de o acordo político sobre o QFP ser adiado e haver um intervalo entre o fim do atual quadro (dezembro de 2020) e o início do próximo (janeiro de 2021).

A proposta da presidência rotativa da UE a cargo da Finlândia consiste numa menor contribuição nacional dos Estados-membros, logo numa redução do orçamento face à proposta da Comissão Europeia. Isto significa que o próximo orçamento terá ainda

cortes mais acentuados nas políticas de coesão?

O PE continua a exigir 1,3% do rendimento nacional bruto (RNB) dos Estados-membros. A proposta finlandesa coloca o orçamento entre 1,03% e 1,08% do RNB, mas é preciso notar que esta proposta só recolheu apoio de quatro ou cinco países, tendo havido uma atitude de recusa de um número significativo de Estados. Para o QFP ser aprovado, o PE tem de dar o seu consentimento, e o PE já disse que chumbará qualquer orçamento que não seja robusto. É preciso reforçar o financiamento da UE e para novas iniciativas tem de haver dinheiro novo.

Prevê-se que o instrumento orçamental da Zona Euro (BICC) atinja 17 mil milhões de euros. Existe o risco de, com base numa eventual redução do QFP, este montante ser menor?

Não me parece. Na prática são 23 mil milhões porque tem duas componentes: os 7 mil milhões para programas que os Estados-membros apresentem e 5 mil milhões para responder a situações de crise. Mesmo que haja um orçamento da UE inferior ao atual, não me parece que o BICC seja um dos instrumentos afetados.

O acordo de saída alcançado no Brexit pode ser aprovada no sábado?

Não sei dizer. Há muita imprevisibilidade neste processo. ■



Temos um grande novo acordo que recupera o controlo.

BORIS JOHNSON
Primeiro-ministro britânico

Um acordo é sempre melhor do que um não acordo.

DONALD TUSK
Presidente do Conselho Europeu

O Reino Unido será um terceiro país com quem teremos de fazer um acordo comercial muito rapidamente.

ANGELA MERKEL
Chanceler alemã

Acordo é pior do que o de Theresa May.

JEREMY CORBYN
Líder do Partido Trabalhista



via, Donald Tusk, ainda líder do Conselho Europeu, não fechou a porta a novo adiamento se Londres assim solicitar. Desta feita ninguém quer arriscar dizer que esta é a única alternativa possível.

O comportamento dos mercados também foi contraditório. Após as bolsas, o euro e a libra terem reagido em forte alta ao acordo, a constatação das dificuldades para o aprovar moderou o sentimento dos investidores, atenuando os ganhos bolsistas e das divisas. ■



O acordo alcançado entre o Reino Unido e a União Europeia ainda tem de ser aprovado pelo parlamento britânico para afastar um "hard" Brexit.

O Brexit vai trazer "chatices" às empresas mas ainda não é já

O Reino Unido é o quarto principal comprador de bens portugueses lá fora e o maior emissor de turistas para a economia nacional. Mesmo que um dia se assinem um acordo de comércio livre, são de esperar impactos, sobretudo para as PME.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

Haverá um dia em que as desvantagens do Brexit vão bater à porta das empresas portuguesas, mas esse dia ainda não deverá ser 1 de novembro. Por enquanto, e assumindo que o acordo alcançado entre o Reino Unido e a União Europeia é aprovado pelo parlamento britânico (o que está

longe de ser uma aposta ganha), o 31 de outubro, Dia das Bruxas, pode assustar, mas ainda não muda nada, em termos práticos, para os empresários portugueses.

Esta é, pelo menos, a convicção tanto do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, como do presidente da Câmara de Comércio Luso-Britânica, Filipe Lowndes Marques. "Imediatamente não vai acontecer nada. No dia 1 de novembro, não há que fazer nada que não se fizesse já a 31 de outubro", assegura Lowndes Marques, em declarações ao Negócios.

5,9

EXPORTAÇÕES

Este foi o peso das exportações para o Reino Unido, em percentagem, entre janeiro e julho de 2019, no total de bens.

Mas isto não quer dizer que o Brexit não vá ter impacto nenhum para as empresas portuguesas. Tal como lembra Santos Silva, em entrevista por telefone ao Negócios, o Reino Unido é o quarto país de exportação de bens portugueses, absorvendo cerca de 6% das vendas ao exterior, é o principal mercado emissor de turistas e o oitavo principal fornecedor.

Aliás, os números indicam que só a incerteza criada pelo Brexit, e pela dificuldade de antever os termos do acordo futuro, poderá estar já a penalizar as relações: entre janeiro e julho deste ano, as ex-

portações para o mercado britânico caíram 1,9%.

O problema da burocracia

Para já, foi alcançado um entendimento sobre os termos do divórcio dos britânicos da União Europeia. Este acordo permitirá criar uma janela de negociação de uma nova relação comercial, gozando de alguma tranquilidade. À partida, a nova relação deverá ser regulada por um acordo de comércio livre entre as duas partes. Assim, esse relacionamento entre a União Europeia (Portugal não tem política comercial autónoma, pelo que beneficia-



Dario Pignatelli/Bloomberg

“

Não é para a grande empresa que vai fazer diferença preencher mais formulários, ou perceber como os preencher. O problema vai ser para as PME.

FILIPPE LOWNDES MARQUES
Presidente da Câmara de Comércio Luso-Britânica

A grande prioridade que tínhamos era evitar uma saída sem acordo. (...) Espero que à quarta seja de vez.

ANTÓNIO COSTA
Primeiro-ministro

”

rá sempre do que for negociado por Bruxelas) e o Reino Unido poderá ter condições preferenciais do que as que seriam seguidas, caso os britânicos fossem considerados simplesmente como um país terceiro.

“Vai depender muito de como acabar o acordo comercial”, diz Filipe Lowndes Marques, “mas acho que vai haver um impacto”, reconhece. Até porque, se em termos de tarifas aduaneiras pode ser encontrada uma situação neutral, no que diz respeito a controlo de regulamentos ou das características dos produtos comercializados entre os dois territórios, estes não deverão poder ser dispensados – a menos que seja também acordado “mais alguma coisa”, como ainda admite o ministro.

Mas caso se fique por um acordo de comércio livre, “a burocracia vai ser uma chatice”, antecipa o presidente da Câmara Luso-Britânica. E esta “tem um impacto especial nas pequenas e médias empresas [PME]”, diz. “Não é para a grande empresa que vai fazer grande diferença preencher

mais uns formulários, ou perceber como os preencher, e preenchê-los bem. O problema vai ser para as PME, para quem qualquer aumento de burocracia tem um impacto muito maior”, assegura.

Novas oportunidades, ou uma “ilusão”?

Com o Brexit, alguns economistas admitem que em áreas muito específicas há empresas portuguesas que poderão ganhar vantagens competitivas a exportar para outros mercados europeus – um exemplo são empresas do cluster automóvel, algumas altamente tecnológicas e inovadoras.

Nesta perspetiva, Filipe Lowndes Marques está cético: “É um bocadinho ilusório achar que como o negócio com o Reino Unido vai ser mais difícil os portugueses vão preencher esse espaço.” Mas admite que a relação comercial histórica de Portugal com os britânicos possa ser uma vantagem para a economia lusa, escolhendo o país como porta de entrada na Europa. ■

“Há tempo para negociar, vamos ver se é só acordo de comércio livre ou algo mais”

Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros, diz que o acordo é “uma bela notícia para as empresas” e afirma estar “tranquilo” em relação à situação dos cidadãos.

Qual é a posição de Portugal perante o de acordo?

Portugal está satisfeito. O pior dos cenários seria uma saída sem acordo. O acordo tem três grandes vantagens. Primeiro, cria um período de transição – não sei ainda os termos exatos, mas trabalhava-se na sua extensão. Em segundo lugar, torna mais favoráveis as condições de negociação sobre a relação futura. E terceiro, preserva as três linhas vermelhas da UE.

Que são...

Primeiro, a indissociabilidade das quatro liberdades – isto é, quem quer a liberdade de circulação de bens não pode recusar a circulação de pessoas. A segunda é a integridade do mercado único. E terceiro, a preservação da situação que se vive na Irlanda desde os acordos da Sexta-feira Santa, a chamada economia de toda a ilha.

E os direitos dos cidadãos?

Já estavam garantidos. Mas com acordo o prazo para os portugueses que vivem no Reino Unido regularizarem a sua situação, em vez de terminar em dezembro de 2020, só termina a 30 de junho de 2021.

“

Os portugueses residentes no Reino Unido são cerca de 300 mil. 162.500 já se candidataram à autorização de residência.

Os cidadãos e as empresas portuguesas estão preparados?

Estou tranquilo em relação aos cidadãos. Os cidadãos britânicos residentes em Portugal estão a regularizar a sua situação. No caso dos portugueses residentes no Reino Unido, são cerca de 300 mil. 162.500 já se candidataram à autorização de residência. Os consulados de Londres e de Manchester estão a responder.

Há demoras?

Em casos urgentes, o atendimento, quer em Londres quer em Manchester, é imediato. Nos casos não urgentes, o prazo está em uma semana em Manchester e em um mês em Londres.

E para as empresas?

Na saída sem acordo era necessário ativar o plano de contingência [previsto]. Havendo acordo, é uma bela notícia. O Reino Unido é o quarto cliente da exportação de bens portugueses, é o primeiro mercado emissor de turistas, e é o oitavo fornecedor de bens. Isto mostra a importância de uma relação tão fluida e fácil quanto possível.

Será negociado um acordo de comércio livre, mas haverá mais burocracia.

Falando em termos não técnicos, na prática, as coisas vão continuar como dantes até ao fim de 2020. Dou um exemplo: a minha filha mais velha vai com o marido e os filhos passar uns dias no Natal a Londres e perguntou-me se o cartão de cidadão bastaria. Quando a perspetiva de acordo era mais sombria, disse-lhe: à cautela, tirem o passaporte porque não sei dizer se no dia 1 de novembro não será preciso. Havendo acordo, continua a ser bastante o cartão de cidadão – não é preciso visto. As pessoas que entram no período de transição têm os seus direitos de residência também acautelados.

Mas para as empresas?

Não há taxas, não há controlos fitossanitários, os regulamentos a que obedecem os bens são os mesmos. Tudo se passa como dantes. Temos um período de tempo que serve para negociar o tal novo acordo, vamos ver se apenas de comércio livre, se mais alguma coisa. O comércio, a circulação das pessoas, serão regulados pelos termos desse novo acordo. ■

António Cotrim/Lusa



Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros.

negócios

negócios.pt

FIM DE SEMANA

Sexta-feira, 18 de outubro de 2019 | Diário | Ano XVI | N.º 4102 | € 2.90
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Vendem-se cada vez mais imóveis por construir

A subida dos preços, a escassez da oferta e a sofisticação dos clientes trouxeram de volta a compra de escritórios e habitação ainda no papel. Alguns nem projeto têm. Conheça os casos, as vantagens e os riscos.

EMPRESAS 20 e 21

É desta que há Brexit?

Saída do Reino Unido vai trazer mais problemas às empresas no futuro



Augusto Santos Silva

“Vamos ver se há algo mais do que um acordo de comércio livre”

PRIMEIRA LINHA 4 a 7 e EDITORIAL



Toby Melville/Reuters

Imobiliário

Crowdfunding do “Querido Mudei a Casa” promete taxas até 15%

MERCADOS 24 e 25

Reportagem
Sem rede, sem fibra, sem gente

Entrevista a
Pedro A. Neto

“Em Portugal, a integração dos refugiados falhou”



Miguel Baltazar

Dense Air disponível para ajudar no impasse com o 5G

EMPRESAS 22

Metro com duas propostas para novos comboios

EMPRESAS 23

Só há cinco hospitais que têm resultados positivos

ECONOMIA 12 e 13

G20 dá mais um passo para tributar gigantes da internet

ECONOMIA 14

Publicidade

ifthenpay

Referências Multibanco para a sua Empresa
www.ifthenpay.com



Weekend report